

REUNI DIGITAL: UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO DA EAD NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PERÍODO DE 2021-2022

*REUNI DIGITAL: AN ANALYSIS OF THE EXTENSION OF EAD IN FEDERAL UNIVERSITIES IN
THE PERIOD OF 2021-2022*

Antonyone Vilela BORGES
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
adm-antonyone@hotmail.com

Diego Arcanjo Calheiros de MELO
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
diego.melo@reitoria.ufal.br

Marco Angelo Xavier de SÁ
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
marcoaxs@hotmail.com

Luciana Peixoto Santa RITA
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
luciana.santarita@feac.ufal.br

Rodrigo Gameiro GUIMARÃES
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
rgameiro@feac.ufal.br

Bruno Setton GONÇALVES
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
bruno.setton@arapiraca.ufal.br

Aprovado em 06/2024

Resumo

O governo federal adotou o Reuni Digital como política pública de educação para ampliar acesso, fomentar a permanência dos discentes na educação superior e alcançar a meta 12 do Plano Nacional de Educação. O objetivo deste trabalho é analisar o ciclo de formulação e implementação do Reuni Digital e sua contribuição à expansão da EaD nas universidades federais. A metodologia empregada é descritiva e exploratória, com uso das técnicas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Como resultado e conclusão, elencam-se as principais políticas públicas desenvolvidas para a educação superior;

observam-se involução da execução dos gastos na UAB diante dos cortes orçamentários, a incerteza da evolução orçamentária no Reuni Digital, que os motivos da não adesão ao projeto pelas universidades vão além das prerrogativas de seu projeto piloto; e por fim, a política em epígrafe provavelmente não atingirá as metas de expansão do ensino superior do Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação à Distância; Reuni Digital, Educação Superior.

Abstract

In recent years, we have seen an increase in the number of students who have joined distance education in Brazil. Based on the obligation to do so, the government adopted Reuni Digital as a public policy to expand access, encourage the permanence of students in higher education and achieve goal 12 of the National Education Plan. The objective of this work is to analyze the formulation and implementation cycle of the Reuni Digital education policy and its contribution to the expansion of EaD in federal universities. The methodology used is descriptive and exploratory, using bibliographic research and case study techniques. As a result and conclusion, the main public policies developed for higher education are listed; the involution of the execution of the expenses in the UAB is observed in face of the budget cuts; the uncertainty of budget evolution at Reuni Digital; it is observed that the reasons for non-adherence to the project by universities go beyond the prerogatives of its pilot project; and finally, that the aforementioned policy will probably not achieve the goals of expanding higher education in the National Education Plan, due to disproportionate investment and doubts about the quality of education in the face of expansion.

Keywords: Public Policies; Distance Education; Reuni Digital, Higher Education.

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e a garantia de condições materiais fazem-se necessárias políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência dos discentes, por isso é de fundamental importância discutir o direito à educação e a trajetória das políticas públicas educativas no Brasil (BOGOSSIAN, 2020; SEGENREICH e MEDEIROS, 2021).

A obrigação do Estado para com a educação, com responsabilidade solidária da sociedade, perpassa pela política educacional a ser desenvolvida, pelo financiamento do ensino, pela educação obrigatória, pela expansão e pelo compromisso com a oferta de qualidade. Sendo assim, a oferta de educação pode ser classificada sobre três grandes vertentes: a competência legislativa de regulamentação, o financiamento e o estabelecimento de garantias de sua realização (BOGOSSIAN, 2020).

Neste sentido, cabe ao estado a adoção de políticas públicas que objetivem garantir o direito à educação, pois “não basta fazer constar na Constituição e legislação infraconstitucional, o direito à educação; é preciso que sejam implementadas políticas públicas com vistas a assegurá-lo” (BOGOSSIAN, 2020, p. 6). Assim, diante dos impactos da pandemia do Coronavírus, a educação a distância mostrou-se como principal resposta à manutenção das atividades acadêmicas, sendo disseminada amplamente por meio do uso massivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), consolidando a relevância da EaD no processo educacional (BRASIL, 2022f).

Nos últimos anos vimos crescer o número de alunos que aderiram ao sistema de EAD no Brasil. É verdade, que antes da pandemia já se revelava uma preferência dos alunos de ensino superior pelo ingresso em cursos de graduação a distância em comparação com o presencial (ABED, 2022), porém os dados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam que o aumento do número de ingressantes entre 2020 e 2021 foi ocasionado pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 23,3% entre esses anos, enquanto o ingresso em graduações presenciais reduziu 16,5% (BRASIL, 2022b).

Com base na obrigação de fazer do Estado podem-se citar os diversos programas que tratam sobre políticas públicas de educação superior no Brasil, a exemplo: do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa Bolsa Permanência (PBP), do Programa de Extensão Universitária (Proext) e do Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais - Reuni Digital. Este último, consolida as ações do Ministério da Educação (MEC) para ampliar o acesso e fomentar a permanência dos discentes na educação superior, por meio da educação a distância (EaD), sendo este programa o objeto de estudo deste trabalho (BRASIL, 2022a).

O Reuni Digital tem como objetivo geral ampliar o acesso e fomentar a permanência dos discentes na educação superior, por meio da educação a distância (EaD) gerando oportunidade para a população apta a cursar o ensino de nível superior, em especial os jovens de 18 a 24 anos, que moram em locais distantes, onde as vagas presenciais são pouco ofertadas, bem como auxiliar aqueles que precisam trabalhar enquanto estudam (BRASIL, 2020).

Dado que o programa foi formulado apenas em 2021 e implementado em meados de 2022, são escassos, na literatura, os trabalhos que analisam esta política. Neste sentido, Araújo e Rodrigues (2017) adverte que a análise das políticas públicas tem como objeto de estudo as decisões políticas e os programas de ação dos governos, interrogando-se sobre a gênese dos problemas que tais decisões procuram resolver, sobre as soluções formuladas e as condições da sua implementação. Assim, a importância deste trabalho justifica-se por ser um dos primeiros a analisar o processo de formulação da política pública de educação Reuni Digital.

Para delimitar e aprofundar estas reflexões iniciais, este artigo pretende aprofundar o entendimento acerca da seguinte questão: de que formas a expansão da oferta de educação superior pública a distância pode contribuir para o alcance da meta 12 do Plano Nacional de Educação? O Programa Reuni Digital seria uma alternativa viável em comparação a outras iniciativas como a da Universidade Aberta do Brasil - UAB?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o ciclo de formulação e implementação da política de educação Reuni Digital e sua contribuição à expansão da Educação a Distância nas universidades federais. Para tanto, os objetivos específicos são: elencar as principais políticas públicas para a expansão da educação superior no Brasil; analisar os motivos de adesão ou não adesão à proposta do programa Reuni Digital pelas IES a partir do projeto piloto, inter-relacionar a execução orçamentária do Reuni Digital à de programas como a UAB, e analisar o progresso das taxas de matrícula na graduação de forma a prospectar o objetivo do programa ao alcance da meta 12 do Plano Nacional de Educação - PNE.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: esta primeira seção introdutória; a seção 2, que apresenta o marco conceitual e teórico; a seção 3, que descreve a metodologia utilizada nos critérios quantitativos e qualitativos para avaliar esse processo, visto que a análise é fortemente orientada empiricamente, uma vez que se baseia em uma metodologia de gestão da inovação; a análise com resultados e discussão, que é efetuada na seção 4; e por fim a seção 5, que sintetiza os principais resultados e apresenta as conclusões retiradas da análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o marco conceitual e teórico sobre a formulação políticas públicas e a expansão da educação superior por meio da educação a distância. Para tanto, discorre-se sobre as fases do ciclo de formação de políticas públicas e sobre as políticas públicas de educação superior adotadas recentemente no Brasil e descrevendo o programa Reuni Digital como política de expansão da educação superior por meio da educação a distância.

Formulação de Políticas Públicas

Na literatura especializada existem diversas definições para o termo políticas públicas. Farah (2021), a partir da contribuição de diversos autores, conceitua como um curso de ação, escolhido pelo Estado, com o objetivo de resolver um problema público, de forma

tal, que este curso de ação seja integrado por ações do Estado (e de atores não-governamentais) com poder de se impor à sociedade. O curso de ação escolhido é influenciado por ideias e valores, por uma interpretação do problema e pela disputa entre diferentes atores e grupos e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber. Neste sentido, o curso de ação que o Estado venha a escolher para resolver o problema passa por etapas que são fortemente influenciadas por agentes. Estas etapas compõem um processo de formulação de políticas públicas, o ciclo de política pública cuja divisão das etapas varia de autor para autor, havendo diferentes formas de agregação dos processos envolvidos (FARAH, 2021).

Conforme Caldas (2008), são consideradas as seguintes etapas: formação da agenda, formulação, processo decisório e implementação e avaliação. Cabe destacar que a classificação do ciclo de políticas públicas em fases ou etapas tem uma função basicamente pedagógica, sendo as etapas, apenas momentos que dominam temporariamente a cena política (ALCÂNTARA, 2021).

No que tange à primeira etapa, segundo Alcântara (2021), a formação da agenda do Estado começa com a identificação da problemática existente na sociedade que demande a participação do setor público. Para Caldas (2008), os atores públicos dão atenção a todos os problemas existentes em uma sociedade, porém devido a abundância de problemas e a escassez de recursos é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo num processo chamado de Formação da Agenda. Por agenda, Kingdom (2007, p. 222), a concebe “como uma lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades”. O autor ainda diferencia a “agenda do governo”, como a lista de objetos de atenção, de “agenda de decisões”, como a lista de assuntos da agenda do governo encaminhada para deliberação.

A inserção de questões na agenda do governo decorre de uma série de elementos, dentre os quais, Caldas (2008) destaca os seguintes: a existência de indicadores, com série de dados que mostram a condição de determinada situação; o feedback das ações governamentais, que demonstrem os resultados obtidos com programas anteriores; os processos institucionais, tais como a rotina administrativa e as regras do sistema político.

Alguns modelos tentam explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas. São exemplos: o modelo sequencial ou do ciclo político (Policy Cycle) de Lasswell (1956), o modelo de Múltiplos Fluxos desenvolvido por John Kingdon (2003) e o modelo de Equilíbrio Pontuado de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993) e o modelo Advocacy Coalition Framework (ACF), proposto na década de 1980 por Paul Sabatier e Jenkins-Smith (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017; CAPELLA, 2006). Esses quatro modelos são considerados os quadros analíticos mais promissores por serem logicamente coerentes, empiricamente verificáveis, claros e abrangentes, replicáveis em áreas de política, situações e contextos distintos, e que procuram promover a integração de conceitos e propostas analíticas de outros autores, explorando a complementaridade das diferentes abordagens (ARAÚJO E RODRIGUES 2017). Sendo que o modelo de Kingdon tornou-se referência para os estudos voltados à análise da formulação de políticas governamentais (CAPELLA, 2006).

O Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon tenta explicar como é que os problemas se transformam em problemas políticos, isto é, como captam a atenção do público e dos políticos e entram na agenda da ação pública (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017). Para Capella (2006), tal modelo aduz que a mudança da agenda é o resultado da convergência entre três fluxos que ocorrem de forma independente: problemas (problems), soluções ou alternativas (policies) e política (politics). Alguns autores têm defendido que a análise seria mais proveitosa se fosse considerada a interdependência dos fluxos (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

No primeiro fluxo, o modelo busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental. No segundo fluxo, tem-se um conjunto de alternativas e soluções disponíveis para os problemas, emanadas de comunidades geradoras de alternativas compostas por especialistas que compartilham uma preocupação em relação a uma área. Já no terceiro fluxo, composto pela dimensão da política, as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação política, na qual destacam-se três elementos: o Clima Nacional - em que as pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período de tempo; as Forças Políticas Organizadas - interações entre stakeholders envolvidos, em que o apoio ou a oposição dessas forças a uma determinada questão sinaliza consenso ou conflito numa arena política e; a Mudança no Governo - as mudanças de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental podem inferir na mudança da agenda (CAPELLA, 2006).

Segundo Caldas (2008), a partir do momento em que uma situação se insere na Agenda Governamental é necessário definir as linhas de ação que serão adotadas para solucioná-los. Como tal processo não é pacífico, se faz necessário ter definido qual é o objetivo da política e quais serão os programas desenvolvidos e as metas almejadas. Daí a importância da conversão de estatísticas em informação relevante para o problema, bem como a análise das preferências dos atores. É importante ressaltar que mesmo uma questão tendo sido incluída na Agenda Governamental, isso não significa que ela será priorizada. Isso só ocorrerá quando diversos fatores se juntam como vontade política, mobilização popular, e a percepção de que os custos de não resolver o problema serão maiores que os custos de resolvê-lo. Tem-se nesse ponto a fase de tomada de decisão. Para o autor, uma boa decisão seria aquela que permitisse a efetiva acomodação de todos os pontos de conflito envolvidos naquela Política Pública.

Na próxima fase, a de implementação das políticas públicas, há predominância do trabalho das entidades administrativas em executar o que foi planejado (ALCÂNTARA, 2021). Há, pelo menos, três formas de se realizar a implementação: a Top-Down, Bottom-up e as Híbridas.

No primeiro caso, a implementação é tratada como um dos passos do processo de produção das políticas públicas, que tem por princípio seguir as regras administrativas e respeitar a ordem hierárquica do processo, “de cima para baixo”, há uma separação entre o formulador da política pública e o executor da mesma. Neste modelo pressupõe-se alta capacidade técnica de quem vai executar e que há uma direção única do governo para a população, pois apenas poucos funcionários participam das decisões. Segundo Lotta (2018) a preocupação estaria sobre a efetividade das políticas públicas, buscando

responder a perguntas como: em que fase desse processo de tradução da política pública há falha ou desvio nas instruções? Em relação ao Bottom-up, “de baixo para cima”, o executor tem o poder de adaptar. Esse modelo, se dá de forma ascendente, ou seja, ocorre da população em direção ao governo, caracterizando-se pela descentralização. Há um direcionamento das estruturas de poder e de negociação de interesses entre os diferentes atores envolvidos na implementação. Os debates polarizados entre as abordagens trouxeram uma terceira geração de estudos de implementação, que busca sintetizar elementos das abordagens top-down e bottom-up e focar na dialética das relações entre ideias e ação das políticas públicas (ALCÂNTARA, 2021; LOTTA, 2018).

Por fim, temos a etapa de avaliação. Historicamente, a avaliação de programas públicos não vinha sendo uma preocupação da Administração Pública brasileira, mas que, este desinteresse vem diminuindo, em especial pela necessidade crucial e urgente de se obter maior eficiência e maior impacto nos investimentos governamentais em programas sociais, e também pelo processo de participação social, que vem crescendo desde a redemocratização do país (COSTA E CASTANHAR, 2003; RAMOS, SCHABBACH, 2012).

Muito embora ocorra durante todo o processo, é a etapa que avalia a relação custo benefício das ações da implementação das políticas, de modo a sugerir melhorias durante todo o processo de implementação e para as próximas políticas de natureza semelhante (ALCÂNTARA, 2021), é uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública. Neste sentido, ao se levar em conta o momento de sua realização, os estudos avaliativos diferenciam-se em avaliação ex ante, realizada antes do começo de um programa para dar suporte à decisão de implementá-lo ou não, e avaliação ex post, realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados para julgar se ele deve continuar ou não (RAMOS, SCHABBACH, 2012).

Políticas Públicas de Educação: O Reuni Digital e expansão da Educação Superior

Para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e a garantia de condições materiais fazem-se necessárias políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência dos discentes, por isso é de fundamental importância discutir o direito à educação e a trajetória das políticas públicas educativas no Brasil (BOGOSSIAN, 2020; SEGENREICH e MEDEIROS, 2021). O campo da educação é um dos principais componentes da ideia de promoção social, sendo um dos primeiros a se inserir como objeto de política pública. A política de educação tem permitido a inclusão de grupos populacionais cada vez maiores nas escolas e universidades (CASTRO, 2011).

Neste sentido, o Estado, com responsabilidade solidária da sociedade, possui obrigações com a política educacional a ser desenvolvida, com o financiamento do ensino, a educação obrigatória, a expansão e o compromisso com a oferta de qualidade. Sendo assim, a oferta de educação pode ser classificada sobre três grandes vertentes: a competência legislativa de regulamentação, cuja a União detém o exercício da função exclusiva para dirimir a respeito das diretrizes e bases da educação nacional, e os

Estados e municípios o exercício legislativo suplementar às normas gerais; o financiamento, cuja determinação de percentuais fixos mínimos a serem aplicados pela União (18%), Estados e municípios (25%) da receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino; e o estabelecimento de garantias de sua realização nos termos do Art. 208 da Constituição Federal de 1988 como a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete), a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, a progressiva universalização do ensino médio gratuito, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988, BOGOSSIAN, 2020).

Apesar de somente a educação básica ser obrigatória no Brasil, a educação superior também é vista pelo texto constitucional como um direito (OLIVEIRA, 2019). Neste sentido podem-se citar os diversos programas que tratam sobre políticas públicas de educação superior no Brasil, a exemplo: do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa Bolsa Permanência (PBP), do Programa de Extensão Universitária (Proext) e do Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais - Reuni Digital. Este último, consolida as ações do Ministério da Educação (MEC) para ampliar o acesso e fomentar a permanência dos discentes na educação superior, por meio da educação a distância (EaD), sendo este programa o objeto de estudo deste trabalho (BRASIL, 2022a).

O Programa de Expansão da EaD nas universidades federais – REUNI DIGITAL visa contribuir para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), em destaque a meta 12, que estabeleceu em 33% o percentual de matrículas para a população de 18 a 24 anos e em 50% para a população em geral até o ano de 2024 (BRASIL, 2022g). Para tanto, o programa foi inserido no Plano Estratégico Institucional do MEC - 2023-2023, o qual estabeleceu para o programa alguns objetivos: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita por meio da educação a distância; ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior; consolidar e ampliar programas e ações de incentivo e mobilidade estudantil; institucionalizar programas de educação a distância; capacitar professores, técnicos de informática e técnicos administrativos para atuar com educação a distância (BRASIL, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos da pesquisa, segundo Gil (2017), o presente trabalho é descritivo e exploratório. A primeira característica tem como objetivo principal a descrição dos atributos de determinado fenômeno e a segunda diz respeito ao fato de que esta pesquisa buscará, através do levantamento bibliográfico, tornar o problema mais explícito.

Com efeito, a técnica utilizada no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Sendo assim, foram extraídas informações de material de publicações de trabalhos científicos como dissertações, teses e artigos consultados nas bases Scopus, Web of Science e Google acadêmico, combinadas com estudo de caso da política

pública do Reuni Digital, em que o aprofundamento teórico e os dados estatísticos obtidos de outros artigos e de documentos oficiais foram as principais fontes. Foram utilizados os dados da taxa de matrícula no Ensino Superior, quantidade de alunos ingressantes e dados do orçamento destinado à educação à distância dos portais da CAPES, PNAD e IBGE de períodos anteriores.

Decretos, guias, editais, instruções normativas, manuais, entre outros documentos serviram também de fonte de informação. Foram realizadas pesquisas sobre como é visto o programa pelas universidades federais e pela literatura. Como a política pública em análise iniciou sua fase de implementação em meados do presente ano, com a coleta dos primeiros dados prevista para, no mínimo, 6 meses de prazo, segundo Brasil (2022e), sugere-se que a análise dos mesmos ocorra tão logo os mesmos estejam acessíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Principais políticas públicas superior adotadas no Brasil recente

Com base nesta obrigação de fazer do Estado elencam-se os diversos programas que tratam sobre políticas públicas de educação superior no Brasil desenvolvidas no início do século XXI com vistas a garantir maior democratização no acesso à educação superior, destacando-se, dentre outros fatores, seus destinatários e previsibilidades da ação:

Quadro 1 - Comparação entre políticas para a Educação Superior no Brasil recente

Política pública	Destinatários	Previsibilidade
Reuni	Universal, com ampliação do alcance das IFES; diferencial se considerado o enfoque em cursos noturnos e em localidades com escassez de IFES.	É possível supor que a política consiga ampliar as vagas da IFES.
Ações afirmativas	Diferencial, com enfoque na inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, de estratos de renda mais baixos e negros / de povos originários.	É possível supor que ações afirmativas ampliem inclusão de estudantes de escolas públicas, de renda baixa e negros/povos originários na Educação Superior.
Assistência Estudantil	Diferencial, com enfoque nos estudantes de renda baixa.	É possível supor que a política aumenta as chances de conclusão de estudantes oriundos de famílias de baixa renda e democratizando a permanência na Educação Superior.

ENEM	Universal, se considerado que passa a afetar as formas de ingresso nas IES para todos os estudantes e que concepção da prova abre mais espaço, em teoria, para estudantes de background mais vulnerável; Diferencial, se considerado que reduz os custos de mobilidade estudantil, importante principalmente para os estudantes provenientes de famílias de renda baixa.	É possível supor que a política amplie a mobilidade social e facilite a entrada de estudantes de famílias de baixa renda na Educação Superior.
Prouni e FIES	Diferencial, por consistir em bolsas/financiamento para estudantes oriundos de escolas públicas e de baixa renda.	É possível inferir que o programa seja positivo para para ampliar o acesso à Educação Superior de estudantes oriundos de escolas públicas e de baixa renda.
Bolsas: Capes e CNPq	Universal, se considerado que os estudantes acessam bolsas por critérios de mérito de seleção em um processo seletivo; Diferencial, se considerado que as bolsas permitem que estudantes de renda baixa fortaleçam sua formação profissional e acadêmica.	É possível inferir que o programa seja importante para incentivar a pesquisa no Brasil e especialmente por facilitar as condições para um estudante de família de renda baixa realize sua formação.
Reuni Digital	Universal, se considerado que se expande o acesso e a formação com qualidade aos cursos de nível superior para população; Diferencial, por potencializar o aproveitamento e adequação da infraestrutura existente das IES, para ofertar novas vagas em cursos de nível superior.	É possível inferir que o programa seja importante ao expandir acesso e fomentar a permanência dos discentes na educação superior, em especial os jovens de 18 a 24 anos, que moram em locais distantes, onde as vagas presenciais são pouco ofertadas, bem como auxiliar aqueles que precisam trabalhar enquanto estudam.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Oliveira (2019) e de Brasil (2022g):

O MEC, nos últimos anos, tem adotado várias medidas que objetivam à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, principalmente, a partir da interiorização dos câmpus universitários, da redefinição das formas de ingresso, da democratização do acesso a universidades públicas e privadas, do desenvolvimento de programas de assistência estudantil, dentre outras. A Secretaria de Educação Superior (Sesu) tem divulgado informações pertinentes a políticas, programas, ações, projetos e atividades implementadas (quadro 2). Entendendo, portanto, a relevância das ações que contemplam a educação a distância, vem trabalhando desde maio de 2020 no

denominado Programa de Expansão da EaD nas universidades federais – REUNI DIGITAL (BRASIL, 2022e; 2022h).

Quadro 2 - Principais programas e ações da Secretaria de Educação Superior (Sesu)

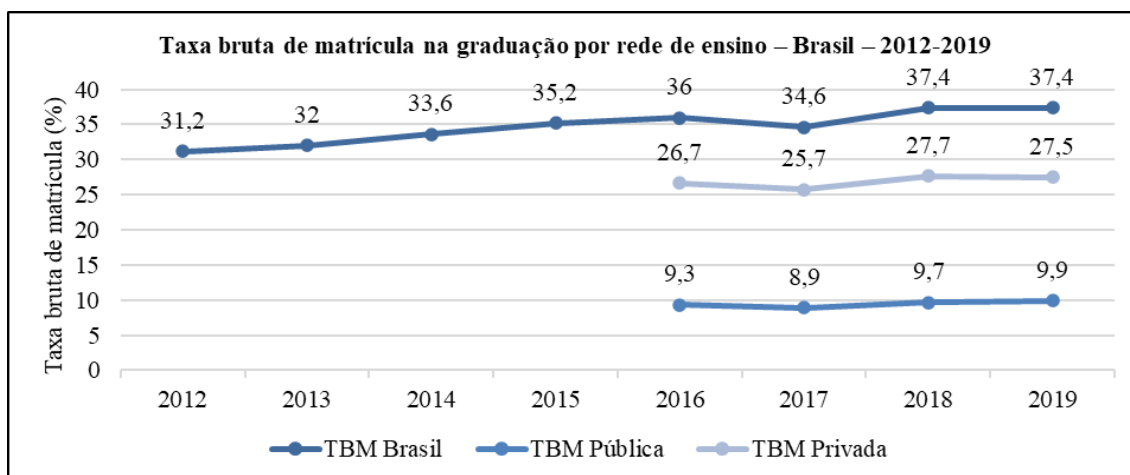
Programa/Ação	Finalidade
Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)	Acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.
Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir)	Políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência;
O Programa Universidade para Todos (Prouni)	Bolsas de estudo em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes brasileiros ainda não graduados, em instituições privadas de ensino superior;
Programa Bolsa Permanência (PBP)	Auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	Financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
Programa de Extensão Universitária (Proext)	Apoio às instituições públicas e comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social.
Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais – Reuni Digital	Ampliação do acesso e fomentar a permanência dos discentes na educação superior, por meio da educação a distância (EaD).

Fonte: Elaboração própria, a partir do site do MEC (BRASIL, 2022h).

Análise do ciclo do Reuni Digital: da formação da agenda à tomada de decisão

Para análise do ciclo de formulação do Reuni Digital, inicialmente, deve-se ater à formação da agenda. Neste sentido, identificou-se como problemática o provável não atingimento da meta 12 do PNE até o final do decênio, como pode ser observado no gráfico 1, a partir dos dados do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das metas do PNE, os quais mostram que a taxa bruta de matrícula na educação superior cresceu 6,2 p.p. entre 2012 (31,2%) e 2019 (37,4%), mas que para alcançar a meta de 50% até 2024, seria necessário um crescimento de 12,6 p.p. nos próximos anos (BRASIL, 2020, DUARTE E OLIVEIRA, 2021).

Gráfico 1 - Taxa bruta de matrícula na graduação por rede de ensino – Brasil – 2012-2019



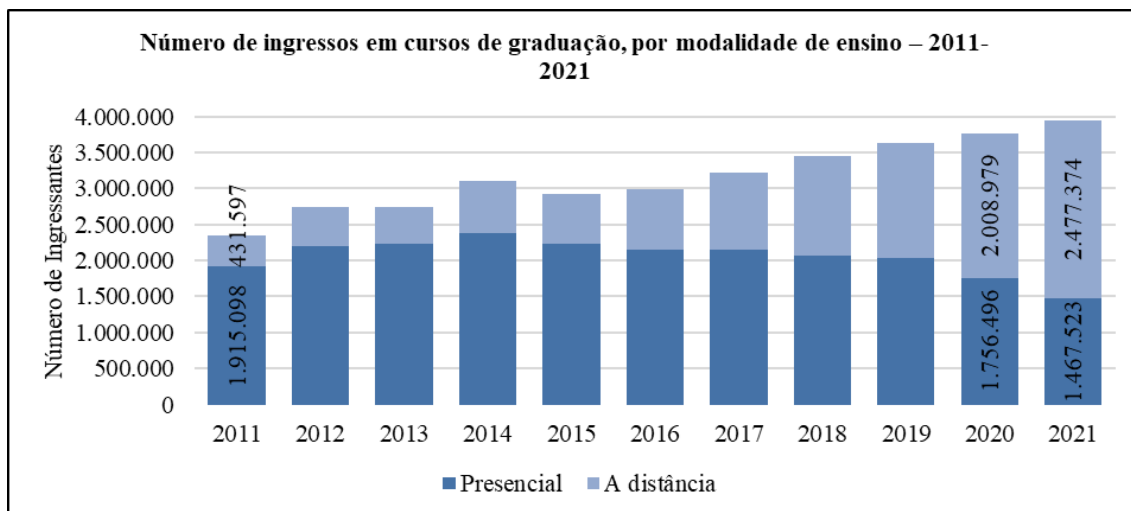
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

Para Duarte e Oliveira (2021) o problema da concretização das metas do PNE é uma preocupação de muitos segmentos da sociedade civil, para os quais, os recursos insuficientes para certos setores inviabilizam alcançar as metas previstas no plano. Isso corrobora com Caldas (2008), ao afirmar que, no processo de Formação da Agenda, os atores públicos dão atenção a todos os problemas da sociedade, mas que com a abundância de problemas e a escassez de recursos é necessário estabelecer quais questões serão tratadas pelo governo.

Ademais, nos últimos anos, com os impactos da pandemia do covid-19, muitos estudantes se viram sem oportunidade de prosseguir os estudos de forma presencial, levando o Estado a pensar outras formas de assegurar o direito à educação. Naquele momento, o ensino remoto emergencial foi uma das “melhores” saídas, por se utilizar de recursos de educação a distância, e evitar contágios. Somado a isso, o aumento no número de ingressantes na educação superior (gráfico 2) foi ocasionado pela modalidade de Ensino a Distância (BRASIL, 2022i).

Isso fez emergir em parte da sociedade civil a ideia de que a Educação a Distância pudesse ser a mola propulsora para o atingimento das metas do PNE. Assim a inserção dessa questão na agenda do governo pode ser facilitada pela existência de tais indicadores, conforme preceitua Caldas (2008, p.11).

Gráfico 2 - Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – 2011-2021



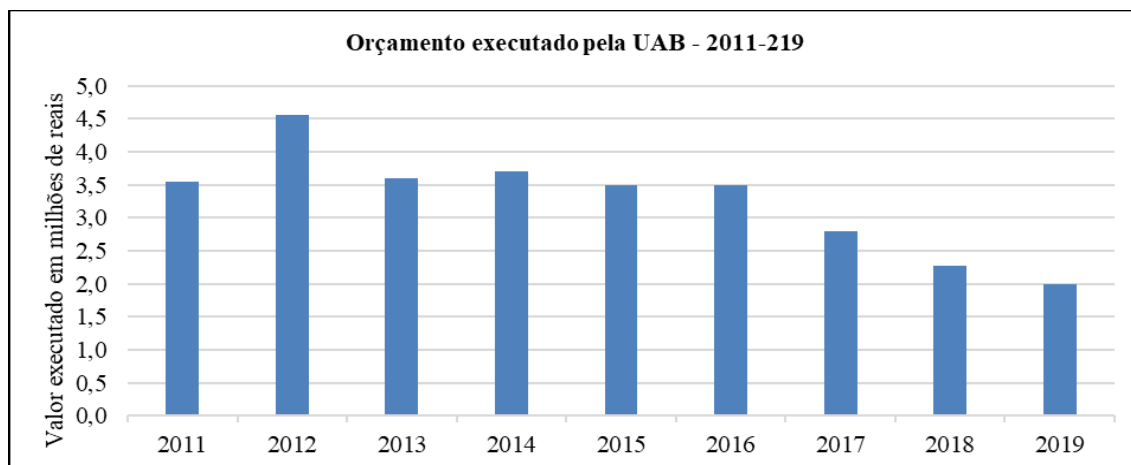
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo da Educação Superior.

Ademais, o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon aduz que os fluxos advindos de vários setores da sociedade acessam e contribuem com a agenda do governo. Aqui podemos destacar três elementos (CAPELLA, 2006, p.29): O clima nacional, em que pela necessidade ampliada, frente aos impactos da pandemia do Coronavírus, a educação a distância foi a principal resposta para a manutenção das atividades acadêmicas, o que Caldas (2008) intitularia como elemento de emergência, cujo evento simbólico foi a pandemia de COVID-19 que assolou a humanidade em 2020 repercutindo ainda nos dias atuais levando a formulação de uma agenda política; Forças políticas organizadas, aqui percebe-se o debate se deu mediante ao cronograma, citado na própria página da Política Pública do Reuni Digital, em que em diferentes momentos as diversas forças políticas da sociedade, especialistas, funcionários públicos e autoridades, e que compareciam já com conhecimento prévio de relatórios produzidos pelo Governo, se reuniram em torno do Comitê de Orientação Estratégica e do Grupo de trabalho (PORTARIAS MEC Nº 433, 434, e 448/2020 e alterações) criados, respectivamente, para elaborar e subsidiar a discussão e a apresentação de estratégia para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais (BRASIL, 2022g); Mudança no Governo, em que na própria bancada do congresso houve mudanças e vários ministros, inclusive o da educação, foram trocados impactando o andamento de projetos, tanto para a descontinuação de ações como para o incremento de novas alternativas.

O Reuni Digital surge, então, como um programa que visa expandir as matrículas no ensino superior ante a necessidade da democratização do acesso à Educação Superior na esfera pública. É verdade, que já tivemos outras iniciativas com a EaD nas universidades como é o caso da UAB, mas observa-se um “caráter sempre emergencial da UAB em relação às iniciativas de EaD para a formação superior, e quase sempre sem se ter garantias de continuidade, pois há incertezas com possíveis interrupções de repasses de recursos”, pois as despesas do Sistema UAB correrem à conta das dotações

orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e vem diminuindo (gráfico 3) ao longo dos anos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2022c, p. 27).

Gráfico 3 – Orçamento executado pela UAB (R\$ 1,00)



Fonte: Adaptado a partir de Brasil (2022c) com dados da Diretoria de Educação a Distância (DED/Capes).

Neste sentido, Alcântara (2021) também cita a influência do orçamento na formulação de políticas públicas. O plano de expansão foi organizado em termos cronológicos como de curto, médio e longo prazo, uma vez que, por meio dos estudos realizados, foi possível identificar iniciativas em vigor que podem ser úteis a curto prazo, como é o caso da UAB, mas que, com o tempo, irão transformar-se em medidas que caminhem na direção de um processo de institucionalização da EaD na educação superior (BRASIL, 2022c, p.53).

Atualmente o modelo que o poder público trabalha com EaD é o da UAB. O financiamento de tal modelo é feito via convênio firmado entre o governo federal, as IES e o município interessado em ofertá-la em seus domínios territoriais. Desta forma, a garantia de recursos é sempre para um curto intervalo de tempo, ocasionando interrupção do serviço em função da mudança de prioridades na gestão da municipalidade ou da própria IES conveniada, corte de gastos por parte do governo federal, entre outros problemas (BRASIL, 2022c). A política ora estudada prevê a criação de um documento que oriente como as universidades federais podem proceder para requerer o “aporte de recursos na matriz orçamentária para o custeio das atividades previstas, a partir do planejamento estratégico feito pela universidade federal com base no documento orientador”. Assim, a partir de uma mudança de perspectiva para uma maior estabilidade em relação ao financiamento, o Reuni Digital prevê tal medida com a finalidade de elevar a qualidade da política em comento (BRASIL, 2022d).

Em 2022 o programa passou a ser implementado. Segundo o Portal da Transparência, foram gastos cerca de 16,25 milhões de reais, sendo pouco mais de 14,2 empenhados com 3,7 liquidados. Ao detalhar as despesas, observa-se que boa parte do orçamento empenhado e liquidado refere-se à compra de computadores e equipamentos de gravação de aulas. Ao consultar o projeto de lei orçamentária anual de 2023, observa-

se que está reservado o montante de aproximadamente 6,4 milhões de reais, que faz-se questionar o interesse político em continuar a patrocinar tal política.

Importante ressaltar que mesmo que uma questão tenha sido incluída na Agenda Governamental não significa que ela será priorizada. A conversão das estatísticas, oriundas dos censo ou relatórios como nos gráficos acima, em informação relevante para o problema (CALDAS (2008, p. 12). Alie-se também a análise das preferências dos atores que fizeram parte da discussão como: o Comitê de Orientação Estratégica (COE) e do Grupo Técnico (GT) formados por integrantes que representam o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), as Universidades Federais, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e a Associação Universidades em Rede (UniRede) (BRASIL, 2022g).

Neste sentido, ao longo de 2020 e 2021, ainda no âmbito do desenvolvimento do Projeto Reuni Digital, coordenado pelo MEC, com apoio de diversos entes da educação superior, foi possível alcançar entregas relevantes (Quadro 3), a saber: o Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil; o Benchmarking Internacional da EaD e o Panorama da EAD no Brasil, as quais resultaram no desenvolvimento de um Plano de Expansão do EaD nas Universidades Federais e em um Plano de Monitoramento (BRASIL, 2022g).

Quadro 3 - Documentos desenvolvidos durante a formulação do Reuni Digital

Publicação/Documento	Finalidade do documento
Benchmarking internacional de EaD - V.1	Revela as políticas, estratégias e ferramentas em EaD de alguns países, de modo a contribuir para orientação de futuras práticas no Plano de Expansão Brasileiro; abarca um conjunto de recomendações, tendências e perspectivas atuais das principais organizações europeias.
Panorama da EaD no Brasil - V.2	Foca no cenário atual da EaD em nosso país; registra uma série de indicadores da EaD para as instituições públicas e privadas brasileiras que deverão orientar as próximas etapas do projeto; registra a possibilidade de expansão da EaD na rede pública.
Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil - V.3	Apresenta análises dos desafios a serem superados pelas universidades e pela Sesu/MEC para a expansão da EaD no contexto brasileiro.
Plano de expansão da EaD nas universidades federais - V.4	Organiza os desafios a serem enfrentados para a expansão da EaD, dirigindo-os a duas esferas de responsabilidades (Sesu/MEC e universidades federais) em componentes pedagógicos, tecnológicos e de gestão; organiza os componentes em missões, objetivos, metas e ações articuladas, com a definição de responsabilidades, prazos para a execução, métricas e resultados esperados (indicadores) e as fontes de recursos e parcerias que contribuirão para o seu cumprimento.
Monitoramento do Plano de expansão da EaD nas universidades federais - V.5	Apresenta os referidos parâmetros e orienta o trabalho de monitoramento e avaliação dos resultados que serão alcançados com o programa ReUni

	Digital; acrescenta a recomendação de indicadores potenciais para aferição dos efeitos do Programa na sociedade.
1º Workshop - Expansão da educação à distância nas universidades federais	Registra as apresentações dos cursos piloto, permitindo seu compartilhamento, divulgação aos potenciais ingressantes e torná-los públicos também à sociedade.

Fonte: Elaboração própria, a partir da página do Reuni Digital no site do MEC (BRASIL, 2022g).

Embora não seja possível extrair muitas informações dos documentos a respeito de como foram “escolhidas ou descartadas as alternativas”, visto que isso somente seria possível presenciando as decisões ou acessando seus registros, o conjunto de documentos possui argumentos persuasivos a fim de convencer o leitor das características das decisões, tal como preconiza Alcântara (2021): a perspectiva dos tomadores de decisão, mostrada no volume 3 que trata dos desafios para a expansão da EaD no Brasil; o ajuste dos problemas a soluções já existentes, considerando-se a hierarquia das preferências dos atores, tal como pode ser visualizado nos volumes 1 e 2; a adequação do objetivo que se pretende atingir, visualizado no volume 4; e, por fim, os meios disponíveis em um contexto em que há relação de poder e conflito, elencados no volume 2 e traçados também no volume 4 que trata do plano de execução do projeto. Assim, o que se observa é que o plano foi elaborado considerando as contribuições das representações institucionais, inclusive junto a todas as universidades federais, trazendo uma visão atual e detalhada da situação da EaD, e indicando as principais oportunidades e também os desafios que se apresentam, sobretudo em temas como infraestrutura, aspectos normativos, pedagógicos, de gestão e recursos humanos, entre outros (BRASIL, 2022d).

Análise do ciclo do Reuni Digital: da implementação à avaliação

Como visto, para o atendimento à meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), um dos projetos estratégicos da SESu/MEC foi o programa de Apoio para a Expansão da Educação on-line em Universidades Federais (Reuni Digital). O programa foi desdobrado em duas ações complementares: planejar a Expansão da EaD nas instituições de ensino superior (IES) Públicas Federais, como abordado acima, e; testar a viabilidade da expansão do EaD, por meio de um projeto piloto, de forma sistemática, planejada e controlada, ou seja implementá-la, monitorá-la e avaliá-la a partir dos documentos elaborados na primeira ação (BRASIL, 2022f; DE SOUZA, 2022).

No que concerne à implementação, o que observa-se do conjunto documental abordado, é uma abordagem híbrida. Tando ocorre de “cima para baixo” como de “baixo para cima”. Isto fica evidenciado quando a política é proposta quando, o plano estabelece seus objetivos e ações no âmbito das universidades federais, ou quando postas as regras para que as universidade possam aderir ao projeto piloto, ou imposta pelo governo através das metas e dos documentos legislativos produzidos; mas também quando os executores participam da própria proposição da política e ela discutida pela sociedade, em que a característica colaborativa de construção do plano considera as contribuições das representações institucionais, com uma visão de futuro para atender

aos aspectos de sua execução na perspectiva de suas dimensões políticas, pedagógicas e tecnológicas (BRASIL, 2022e). Ou seja, há certa liberdade em corrigir e avaliar a sua execução e há um foco na dialética das relações entre ideias e ação das políticas públicas (LOTTA, 2018).

A primeira fase da implementação da política se deu com a implementação do 1º ciclo piloto do REUNI Digital, que teve a participação de 10 universidades federais com oferecimento de 14 cursos possibilitando a graduação de cerca de 5.000 alunos. As etapas do projeto piloto podem ser sumarizadas no quadro 4 (DE SOUZA, 2022).

Quadro 4 - Etapas de implantação do projeto piloto do Reuni Digital

Etapas	Descrição
Consultar as universidades federais	69 universidades foram consultadas sobre a oferta ou intenção de ofertar cursos de graduação na EaD; 52 responderam.
Coletar e tabular as respostas	Identificou-se 10 universidades federais com 27 cursos com potencial de serem oferecidos.
Selecionar os cursos de graduação piloto	Estabelecidos os critérios dos cursos: Não ser ofertado no âmbito da (UAB); Ter previsão de oferecer em 2022; No mínimo um curso piloto por região geográfica do Brasil; Quantitativo elevado de vagas ofertadas por edição e características inovadoras.
Negociar com as universidades federais selecionadas os potenciais cursos piloto	Realizada com cada universidade federal com potencial reuniões individuais de alinhamento; Foram selecionadas 10 universidades federais com o total de 14 cursos.
Firmar as pactuações	Assinadas pactuações com as 10 universidades (UFMS; UFMT; UFCA; UNILAB; UFAM; UFRA; UFRRJ; UNIFAL-MG; UFPI; e UNIFEI); Aporte da ordem de 16 milhões de reais em capital e 9 milhões em custeio, além da liberação de 152 códigos de vaga de docentes.
Implementar os cursos de graduação piloto	Respeitando a autonomia de cada universidade, sua demanda individual de estruturação de recursos humanos e físicos o início dos cursos ocorreram em datas diferentes.
Acompanhar os cursos de graduação piloto	As dimensões de análise mínimas para acompanhamento dos cursos ofertados; Podendo ser complementadas por novas dimensões a critério do MEC ou do Conselho do Curso; Os relatórios encaminhados, em até 60 dias, após o término do semestre, e ao final após a conclusão da turma.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de DE SOUZA (2022).

Observa-se do exposto, quanto aos motivos de adesão ou não da proposta pelas IES ao projeto piloto, do Reuni, elencam-se que 19 delas nem sequer responderam ao chamamento do MEC, não podendo-se extrair os motivos a partir dos documentos. Das que responderam apenas 10 universidades tinham o potencial de oferecer os cursos nos critérios que foram estabelecidos no projeto. Vale ressaltar que o projeto deixa explícito que os critérios técnicos utilizados foram objetivos e de fácil verificação e tinham como desfecho testar a viabilidade de uma ideia de forma sistemática, planejada e controlada potencializando novas descobertas por meio de lições aprendidas, permitindo aperfeiçoar as ações futuras de expansão do EaD nas IFES (DE SOUZA, 2022, p.2).

Neste sentido, tem-se a etapa de avaliação, que embora ocorra durante todo o processo, é a etapa que avalia a relação custo benefício das ações da implementação das políticas. Como parte integrante do Projeto, foi delineada uma proposta de acompanhamento que contou com itens como finalidade, dimensão e indicadores de monitoramento. Pois, tão importante quanto ter o plano de expansão, é poder executá-lo com a definição de parâmetros de acompanhamento e de avaliação (BRASIL, 2022e).

Assim, conforme Alcântara (2021), é possível sugerir melhorias durante todo o processo de implementação e para as próximas políticas de natureza semelhante. O Projeto Piloto destaca dimensões de análise para o acompanhamento, por meio da coleta de dados dos relatórios semestrais, workshops, entrevistas, questionários etc. dos resultados de taxa de ocupação, indicadores de permanência, desistência e conclusão; taxa de aprovação, que permitam análises qualitativas e quantitativas (DE SOUZA, 2022, p.2). Este é o tipo de avaliação que Ramos e Schabbach, (2012) caracterizam com avaliação ex post, sobre a qual as decisões passam a se basear nos resultados alcançados para julgar se o projeto deve continuar ou não.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A partir do exposto observa-se que a política pública de educação Reuni Digital, que iniciou-se como uma política educacional para garantir o acesso e a permanência de discentes durante a pandemia de covid-19, configurou-se numa política utilizada como respostas de um governo (ou curso de ação em sua obrigação de fazer) que encontrou as condições perfeitas, fortalecidas pelos índices que acompanham a educação a distância, para resolução de um problema, o provável não atingimento da meta 12 do PNE.

Ao elencar os diversos programas que tratam sobre políticas públicas de educação superior no Brasil, associados à evolução da EaD, percebe-se que a formação da agenda até se chegar ao Reuni Digital tem recebido contribuição dessas ações, e perpassou por diversos governos, no intuito de garantir maior democratização no acesso à educação superior. Nos primeiros mandatos do governo de Lula, o REUNI, por exemplo, visou expandir as universidades, interiorizando-as, já na gestão do governo Bolsonaro a expansão, por meio do REUNI DIGITAL, foi no sentido de contemplar jovens de 18 a 24 anos, que moram em locais distantes, onde as vagas presenciais são pouco ofertadas, bem como auxiliar aqueles que precisam trabalhar enquanto estudam.

Depreende-se, ainda, que a formação da agenda do programa encontrou bases propícias, pois tinham representantes críticos tanto ao modelo presencial de ensino, especialmente no que concerne aos seus custos, quanto ao modelo de financiamento da EaD proporcionado pela UAB, quase sempre sem se ter garantias de continuidade de repasses de recursos e que, para uma maior estabilidade em relação ao financiamento, o novo modelo sugere aporte de recursos na matriz orçamentária para o custeio das atividades previstas, a partir do planejamento estratégico feito pela universidade federal. Mas o que se percebe até o momento é uma diminuição gradativa do orçamento destinado a UAB, e que o aporte feito para o Reuni Digital só ocorreu em sua implantação, em 2022, sendo diminuído já no orçamento de 2023, ou seja, os cortes de verbas da educação superior nos últimos anos também não parecem garantir a continuidade, também, desse projeto, levando-se a questionar se o seu objetivo não estaria mais relacionado a reduzir o custo dos cursos de graduação, muito mais do que expandir o acesso à educação superior.

Observa-se que os motivos de adesão à proposta do programa Reuni Digital pelas universidades estiveram mais relacionados aos parâmetros elencados no próprio projeto piloto. Mas, a não adesão pode ter motivos que vão além das exigências do projeto. As universidades que têm condições efetivas de viabilizar a Política Pública podem não estar convictas de que saíram ganhando. Críticas desferidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino - ANDES, pela Universidade Federal da Bahia, dentre outras instituições, a consideram uma política de ataque à educação pública brasileira, especialmente diante dos cortes orçamentários enfrentados pelo Ministro da Educação nos últimos anos.

Por fim, se por um lado é importante a continuidade da referida política, dado o cenário encontrado hoje, com o avanço da tecnologia e os benefícios que ela traz, com provável preferência das novas gerações por modalidades de ensino não presenciais. Por outro lado, é preciso que se tenha maior atenção à valorização de tecnologias digitais no ensino, sob o risco de se incorrer em precarização, numa ótica capitalista de redução de custos e aumento da demanda e sob o pretexto de atingimento de metas como a, dificilmente alcançável até 2024, meta 12 do PNE.

REFERÊNCIAS

- ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Censo ead.br 2020: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. Curitiba. InterSaberes, 2022. Disponível em: https://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2020_PORTUGUES.pdf.
- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 10, 2011.
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. Sociologia, problemas e práticas, n. 83, p. 11-35, 2017.
- BOGOSSIAN, Tricia. As políticas públicas e educação brasileira: um desafio moderno. Global Academic Nursing Journal, v. 1, n. 3, p. e62-e62, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Casa Civil. Decreto no 5.800, de 8 de junho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Plano Estratégico Institucional 2020-2023. 2020. 60p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf/plano_estrategico_mec_2020_2023.pdf>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2020. 568p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Reuni Digital. Benchmarking internacional de EaD. v.1. Brasília: 2022a. 114p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. ReUni Digital. Panorama da EaD no Brasil. v.2. Brasília: 2022b. 186p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. ReUni Digital. Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil.v.3. Brasília: 2022c. 92p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. ReUni Digital. Plano de expansão da EaD nas universidades federais. v.4. Brasília: 2022d. 108p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Reuni Digital. Monitoramento do Plano de expansão da EaD nas universidades federais. v.5. Brasília: 2022e. 114p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Ensino Superior (Sesu). 1º Workshop do REUNI DIGITAL – Brasília: 14 e 15 de julho de 2022f.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Reuni Digital, 2022g. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital>.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Programas e Ações da Secretaria de Ensino Superior (Sesu). Políticas e Programas, julho de 2022h. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-aco es/programas-e-aco es-sesu>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022i. 38 p.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. 48 p. 7 v. (Políticas Públicas). Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITIC AS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas BIB. São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

CASTRO, J. A. Política Social no Brasil: uma análise da ampliação do escopo, escala e gasto público Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 1, p. 66–95, jan./jun. 2011.

DE SOUZA, Wagner Vilas Boas et al. Expansão do EAD nas Universidades Federais: Projeto Piloto do Reuni Digital. GESTÃO PÚBLICA EM PROJETOS E PRÁTICAS, p. 103, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364341594_Expansao_do_EAD_nas_Universidades_Federais_Projeto_Piloto_do_Reuni_Digital.

DUARTE, Juliana Calabresi Voss; OLIVEIRA, Terezinha. O progresso da meta 12 do plano nacional da educação (2014-2024): matrículas no ensino superior. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:

<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80439>>.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Teorias de Políticas Públicas. Revista Ambiente Educação, 2021.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma idéia. In: SARAVIA, Enrique (Org.); FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas Públicas - Coletânea Volume 1. 2007. p. 219-224

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; MEDEIROS, Luciene. Trajetória da educação a distância na educação superior pública do Brasil e o impacto do ensino remoto na docência: o caso da ufpa. REVELLI-Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas, Vol. 13, p. 1-23, 2021.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; MACIEL, Carina Elisabeth; RUAS, K. C. S. Políticas e ações institucionais para o ensino remoto emergencial na educação superior. REVELLI-Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas, v. 13, p. 1-27, 2021.